

Buracos negros fazem de 92 mais um ano perdido

HELIVAL RIOS

O ano de 1992 foi perdido para o ajuste econômico e para a preparação da retomada do crescimento econômico brasileiro. Esta é a principal conclusão das análises que começam a ser elaboradas neste final de ano pelos organismos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo revelam fontes do governo após realizarem troca de informações com a entidade, nos preparativos para a elaboração dos relatórios de fim de ano. As análises consideram, contudo, que houve no País um ganho considerável em termos de ajuste político e fortalecimento das instituições democráticas.

O quadro econômico e administrativo de final de ano no Brasil, no entanto, vem decepcionando os técnicos de organismos multilaterais que mantêm contatos com seus colegas brasileiros. Esses técnicos, principalmente os do FMI, Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) esperavam que tão logo a Câmara dos Deputados aprovasse o encaminhamento do pedido de impeachment do presidente Fernando Collor ao Senado Federal, o País tomaria um novo rumo, tendo à frente o presidente em exercício, Itamar Franco com o seu próprio Ministério.

Comando — Ao contrário do que se esperava, entretanto, o governo assumiu pela metade, e embora tenha tido liberdade para montar a sua própria equipe, ainda não conseguiu dizer a que veio, perante os técnicos dos organismos multilaterais. Do ponto de vista administrativo, o governo Itamar Franco está repleto de "buracos negros", de cargos não preenchidos, de políticas indefinidas, de falta de comando e de coordenação.

E como o governo não sinaliza claramente o que quer para o conjunto da economia, a iniciativa privada evita dar continuidade aos seus planos de investimento, enquanto nas estatais, entregues a interinos, o quadro chega a ser muito pior, porque além da falta de um comando definitivo, impera ainda o medo da política tarifária do atual governo. Dirigentes de estatais ouvidos pelo **Jornal de Brasília** disseram temer a repetição do "efeito Dornelles", no início do governo Sarney, quando um represamento tarifário descapitalizou as empresas estatais e comprometeu seriamente sua capacidade de investimentos por aproximadamente três anos.

